

PARTE I

**HISTÓRIA DO DESMATAMENTO NO
ESTADO DO PARANÁ E SUA RELAÇÃO
COM A REFORMA AGRÁRIA**

1. INTRODUÇÃO

Em 1968, *Reinhard Maack* em sua *Geografia Física do Estado do Paraná*, obra basilar para geógrafos, geólogos, naturalistas e biólogos, assim se expressou:

Em pouco tempo as primitivas regiões de matas estarão completamente destruídas no Estado do Paraná. As últimas reservas de matas virgens talvez resistirão ainda durante uma geração. O destino da mata já está traçado, pois o Estado não criou oportunamente as reservas naturais necessárias. Após seu desaparecimento, a ciência pouco saberá sobre as plantas que caracterizam com suas sutilezas o macro e o microclima de uma região. Talvez os declives de Serra do Mar e suas respectivas regiões alta ainda exibam a vegetação durante um período mais prolongado; porém a mata dos planaltos do interior dentro de alguns decênios dará lugar à terra de cultura, matos secundários e pequenas áreas de reflorestamento. O Paraná então, passará de um Estado exportador para importador de madeiras (MAACK, 1968).

Historicamente o Paraná experimentou diversos ciclos econômicos, responsáveis pela ocupação de suas variadas regiões fisiográficas. Durante três séculos a ocupação efetivou-se desde o litoral até os campos gerais, sem alteração significativa da paisagem, quer pela escassez da população, quer pelo desenvolvimento de atividades de pastoreio extensivo e agricultura de subsistência.

E de fato, nas últimas décadas do século 19 e primeiras décadas do século 20, a cobertura florestal do Paraná estava praticamente intacta, correspondendo a cerca de 80% de seu território.

¹Engenheiro Agrônomo, servidor do Instituto Ambiental do Paraná.

Com o advento do ciclo madeireiro em 1888, após a inauguração da ferrovia do Paraná, ligando Curitiba ao Porto de Paranaguá, a ocupação de áreas florestais foi se processando de forma acelerada, a ponto de, por volta de 1900, todo o planalto de Curitiba estar devastado.

Em 1910, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande à União da Vitória, a atividade extrativa de araucária, imbuia, cedro e canelas, foi “abrindo” o sul paranaense e as serrarias “pipocavam” ao longo da chamada Linha-Sul, entre Ponta Grossa e União da Vitória.

Em 1907, o Paraná editou o primeiro Código Florestal do Brasil, mas durante a Primeira Guerra Mundial (1914 -18), a indústria do pinho progrediu extraordinariamente, a ponto de a extração da araucária tornar-se desenfreada (GUBERT, 1988).

A partir de 1920, passou-se a dizimar imensas regiões florestadas do Segundo Planalto paranaense, para implantação da agricultura extensiva, denominadas “*roças-de-toco*”, em vista da expansão da população sertaneja, quase sempre entregue a um “*nomadismo atávico*”.

No ano de 1924 o comissário de terras de Tibagi, Edmundo Mercer, o “*Toca*”, publicou artigo no “*Diário dos Campos*” de Ponta Grossa, assinalando a ocupação irracional das terras devolutas do Médio Tibagi – Queimadas, Coroados e Faxinal – “*entregues à sanha do nacional intruso e rotineiro, que a ferro e fogo, substitui em pouco mais de um lustro (uma década) a gigantesca floresta quase tropical sempre à procura de terras descansadas, de caça e de frutas, reduzindo pinheirais e perobais, a sertania enfim, a tigoeras e cinzas!*” (MERCER, 1978).

Em 1926, o então deputado estadual Romário Martins alertava para a sistemática dilapidação dos pinhais e propôs um projeto de lei que alterava o Código Florestal do Estado. Esse projeto previa a desapropriação de áreas, destinadas à perpetuação do sertão paranaense, isento de alteração em sua fisionomia natural, e não permitia qualquer exploração econômica, sendo sua finalidade exclusivamente científica, moral e estética.

Mas este projeto de lei não foi aprovado e a medida preservacionista, inédita para a época, não foi levada a efeito. Na época as opiniões eram tão contraditórias a respeito das reservas naturais de araucária do Paraná que, enquanto alguns anunciavam a extinção da espécie em um século, outros previam uma reserva de 150 milhões de metros cúbicos da essência, o que, considerando uma taxa anual de abate de 400 mil m³: *“seriam precisos 375 anos para se consumir toda aquela madeira!”*.

Em 1928, F.C.Hoehne em visita ao Paraná comentava: *“As leis votadas e condensadas nos códigos florestais do governo federal, dos estados do Paraná e de São Paulo são magníficas quanto ao seu teor, mas são letra morta diante do que observamos”* (MARTINS, 1944).

Um artigo publicado em alemão, de 1931, de autoria do geólogo e geógrafo Reinhard Maack, dava conta da cruel devastação a que foram submetidas as florestas do segundo planalto paranaense:

O que os homens do Paraná executaram pelas derrubadas e queimadas da floresta não pode ser descrito. Em nenhum outro país do mundo a floresta é tão absurdamente destruída como aqui e enormes áreas cobertas de matas, que no ano de 1926 me impressionaram pela sua primitiva grandiosidade, encontrei em 1930 como capoeira (MAACK,1931).

No final de 1933, quando Maack iniciava a exploração do Vale do Rio Ivaí, a mata virgem ainda se estendia ininterruptamente desde Faxinal até o Rio Paraná. Dois anos depois a *“frente cafeeira”* expandia-se a oeste do Rio Tibagi (MAACK, 1968).

O *Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná*, de autoria de Maack, publicado em 1950 – sendo o primeiro mapa do gênero no Brasil – *“assinalava o rápido recuo da floresta de araucária”*, considerando como *“regiões de matas devastadas”* a totalidade do primeiro e segundo planaltos paranaenses, embora o terceiro planalto estivesse relativamente preservado (GUBERT, 1988).

Em 1960, Reinhard Maack ainda conseguiu registrar graficamente o ritmo de modificação da paisagem natural, mas cinco anos depois já não existiam dados precisos, pois as florestas remanescentes do segundo planalto haviam sido duramente atingidas pelo grande incêndio florestal de 1963, que consumiu nada menos que 965 mil hectares, incluindo os reflorestamentos de araucária da Klabin, destinados a prover uma fábrica de papel recentemente montada em Monte Alegre (GUBERT, 1988).

Em vista disso, a Klabin passou a comprar as “lascas”, provenientes das araucárias jovens, remanescentes das florestas nativas exploradas, que após derrubadas em “lascadas a meio” e embarcadas como lenha. Do sul do Paraná, vagões e vagões de lasca foram destinados à fábrica de celulose em Monte Alegre, gerando uma dilapidação sem precedentes dos pinheirais em regeneração. Mais uma vez, predominou a mentalidade extrativista e predatória.

Em 1965, com a edição do Novo Código Florestal Brasileiro, previu-se a Reserva Legal (RL) de 50% das propriedades na Amazônia e de 20% nas demais regiões, além da proibição do abate de araucárias com *dap* abaixo de 40cm.

Na prática, somente na década de 1960 o Paraná perdeu cerca de 240 mil ha/ano de florestas, à custa da expansão agrícola na região oeste. Segundo Maack (1968): *“Da área primitiva de 167.824 km² de florestas existentes no território paranaense, já haviam sido destruídos 119.688 km², restando portanto 48.136 km², sendo 32.204 km² da grandiosa floresta pluvial tropical e apenas 15.932 km² da floresta de arucária”*.

Maack previu inclusive que esse remanescente desapareceria em 20 anos, o que se verificou de fato, conforme suas próprias palavras:

O Paraná transformar-se-ia então de estado exportador a importador de madeiras. Peroba, cedro, pinheiro, imbuia, marfim e outras madeiras-de-lei, se tornarão raridades botânicas, se o Estado não criar o mais depressa possível as reservas florestais necessárias (MAACK, 1968).

Durante a década de 1970, a fronteira agrícola progrediu na frente oeste, até esgotar-se em meados da década. Em 1980, o “Inventário de Florestas Nativas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)”, encomendado à Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), apontou a distribuição das florestas paranaenses da seguinte forma: “9,6% de florestas nativas de Araucária e Pluviais, 2,3% de parques e reservas e 5,3% de capoeiras e capoeirões, totalizando 17,21% do território estadual”, o que contrasta vivamente com os 83,41% de cobertura original (GUBERT, 1988).

A década de 1980 assinalou uma relativa pressão demográfica sobre as regiões menos povoadas do Estado, em vista do esgotamento da fronteira agrícola no oeste. Isso gerou um “refluxo” dos chamados “gaúchos”, principalmente de municípios como Toledo e Marechal Cândido Rondon, para municípios do centro-sul do Paraná, onde justamente concentravam-se os 10% de florestas remanescentes, e a pressão por terras florestais ainda não agricultadas recaiu sobre os “faxinais” (GUBERT, 1987).

2. A DESTRUIÇÃO DAS FLORESTAS PARANAENSES EM UM SÉCULO



Figura 1 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1890.
*Área florestal - 16 milhões 762 mil 400 ha - 83,41% do Estado.

As regiões florestais são representadas em cor escura. Em cor clara estão as regiões de campo natural, quais sejam: Campos de Curitiba, Campos de Castro, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Campos de Palmas e as poucas regiões antropizadas: arrozais do litoral (Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba) e colônias de imigrantes europeus ao redor de Curitiba.

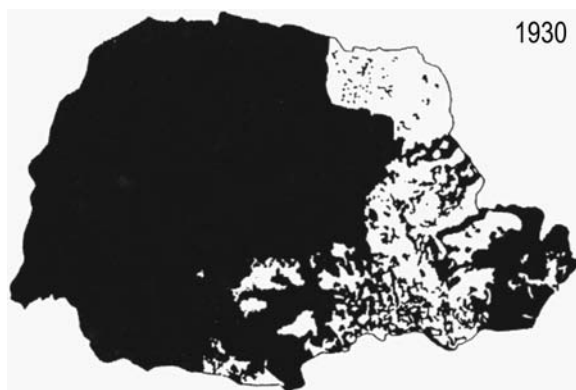


Figura 2 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1930.

* Área florestal - 12 milhões 902 mil 400 ha - 64,12% do Estado.

O Planalto de Curitiba e o Segundo Planalto estão quase totalmente ocupados. A frente cafeeira avançou desde o Estado de São Paulo, sobre as férteis terras roxas até o Rio Tibagi; a contribuição da frente genuinamente paranaense será maior na região de Ibaiti, forjando-se a identidade do Norte Pioneiro.

Os remanescentes florestais do Primeiro Planalto estão ao longo do Rio Ribeira e no chamado “sertão” de Jaguariaíva. Ao sul, a frente extrativista esgotou-se ao longo da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, onde inúmeras estações da chamada “Linha Sul” se tornaram municípios.

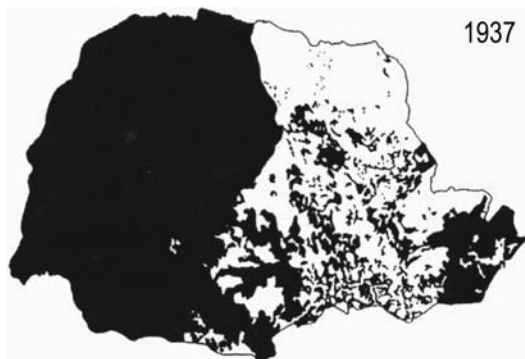


Figura 3 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1937.
 *Área florestal - 11 milhões 802 mil 200 ha - 58,65% do Estado.

Ao norte, a frente cafeeira atinge a região de Londrina; a colonização do Norte do Paraná agora é realizada pelos cafeicultores paulistas associados aos ingleses, por meio da empresa *Paraná Plantations*.

Ao sul, as frentes de ocupação são compostas por filhos de imigrantes eslavos (ucranianos e poloneses) que de Irati, Mallet e Prudentópolis, desbravam o Terceiro Planalto; surgem novos municípios como Pitanga e Cândido de Abreu. De União da Vitória, famílias de imigrantes alemães e ucranianos, oriundos da colônia Cruz Machado, migram para a região de Pato Branco.

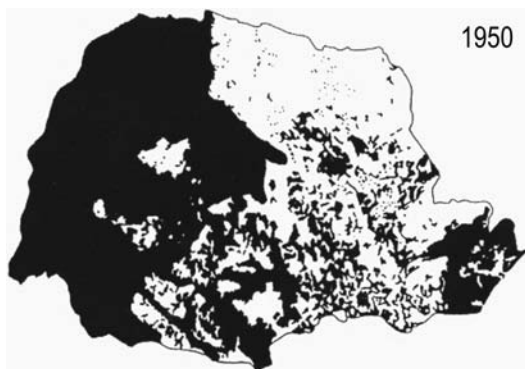


Figura 4 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1950.
 *Área florestal - 7 milhões 983 mil 400 ha - 39,67% do Estado.

Ao norte, a frente cafeeira “*paulista*” progride em direção oeste, a partir de Londrina, na região que passaria a ser denominada Norte Novo. A frente colonizadora “*paranaense*” atinge Campo Mourão, Cascavel e Pato Branco. Enquanto isso, a “*frente gaúcha*” vem abrindo o sudoeste do Estado.

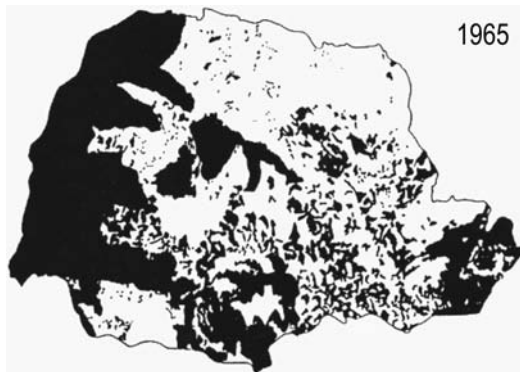


Figura 5 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1965.
Área florestal - 4 milhões 813 mil 600 ha - 23,92% do Estado.

A frente cafeeira atinge o arenito Caiuá, surgindo as cidades de Maringá, Paranavaí e Umuarama, na região que ficaria conhecida como Norte Novíssimo. No sudoeste, a região de Francisco Beltrão já está quase totalmente ocupada, e a frente oeste progride de Cascavel em direção a Toledo e Foz do Iguaçu.

O grande incêndio florestal de 1963, que durou quatro meses e consumiu perto de 1 milhão de hectares de florestas nativas, capoeiras e reflorestamentos, dizimou os últimos remanescentes florestais nativos do Segundo Planalto, além de consumir inteiramente os reflorestamentos de araucária da Klabin, que para tocar sua fábrica de papel em Monte Alegre passa a comprar “*lascas de pinheiro*”.

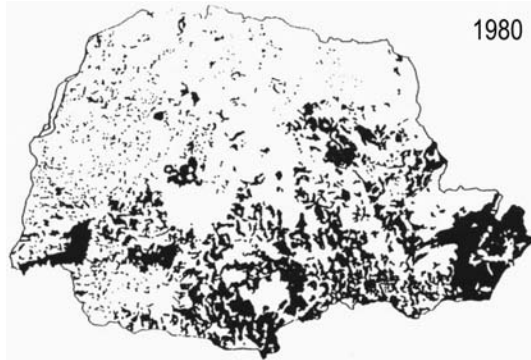


Figura 6 - Distribuição da cobertura florestal do Paraná em 1980.
 Área florestal - 1 milhão 997 mil 100 ha - 11,90% do Estado.

A fronteira agrícola do Paraná esgotou-se em meados da década de 1970. Os colonos de origem gaúcha e catarinense, sem terra no oeste do Paraná, “refluem” em direção ao sul paranaense, ocupando as áreas dos chamados *faxinais*, que passaram a ser “*extintos por decretos municipais*”.

Afora Litoral e Serra do Mar a leste e o Parque Nacional do Iguaçu a oeste, restam agrupamentos florestais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em Cianorte, da madeireira Slaviero em Mamborê e Nova Cantu e da madeireira Giacomet-Marodin em Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná, esta última área era considerada na época como o maior pinheiral do mundo.

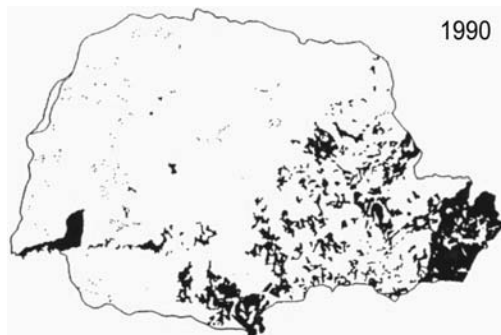


Figura 7 - Previsão de distribuição da cobertura florestal do Paraná para 1990.
 Área de florestal - 872 mil 600 ha - 5,20% do Estado.

Além da Serra do Mar e do Parque Nacional do Iguaçu, restam apenas agrupamentos florestais ao longo da Escarpa Devoniana, Telêmaco Borba (reflorestamentos de pinus e eucalipto), no alto da Serra da Esperança (Guarapuava e Inácio Martins) e na região de Bituruna, General Carneiro e Palmas, onde se misturam remanescentes nativos com reflorestamentos de pinus.

Resta ainda a chamada “Gleba B” da Reserva Indígena de Mangueirinha, que diminui ano a ano, pela retirada ilegal de araucárias centenárias por madeireiros da região em conluio com as lideranças indígenas.

3. CONCLUSÃO

Em apenas um século (1890 a 1990), o Estado do Paraná reduziu sua cobertura florestal de 16 milhões 762 mil e 600 hectares, ou 83,41% de seu território, para cerca de 872 mil e 600 hectares, ou 5,20% de seu território (GUBERT, 1988).

Essa pradarização artificial da paisagem, com a redução drástica de populações naturais da fauna e da flora, impactou irreversivelmente nossa biodiversidade, além de representar altos custos econômicos, pela perda de florestas naturais e de solos.

Programas governamentais de controle da erosão e recomposição de matas ciliares, a cada novo governo são reorientados.

Restam remanescentes florestais na Serra do Mar e no Parque Nacional do Iguaçu e ao longo da Escarpa Devoniana e da Serra da Esperança, todos protegidos por Unidades de Conservação (Parques e APAs).

Cabe ao Estado e à população paranaense conservar estes últimos redutos, da outrora exuberante biodiversidade do Paraná.

REFERÊNCIAS

GUBERT FILHO, Francisco Adyr. **Levantamento de Áreas de Relevante Interesse Ecológico no Estado do Paraná**. Anais do II Congresso Florestal do Paraná - Instituto Florestal do Paraná, 136 -160, Curitiba, 1988.

GUBERT FILHO, Francisco Adyr. **O Faxinal - Estudo Preliminar**. ITCF, 37 - 41, Curitiba, 1987.

MAACK Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**.BRDE/ IBPT/ UFPR, Editora Max Roesner, Curitiba, 350 p., 1968.

MARTINS, Romário. **Livro das Árvores do Paraná**. Conselho Nacional de Geografia, Empresa Gráfica Paranaense, Curitiba, 274 p., 1944.

MERCER, Luís Leopoldo. **Edmundo Toca Mercer, um livro só para nós**. Edição do autor, 196 p. Curitiba, 1978.

